



27 DE NOVEMBRO DE 2015

Sexta-feira

- MOTORISTAS E COBRADORES FAZEM DUAS ASSEMBLEIAS NESTA SEXTA PARA DECIDIR SOBRE NOVO INDICATIVO DE GREVE
- EMPRESÁRIOS DIZEM NÃO TER DINHEIRO PARA O 13.º E AMEACAM DEMITIR 2 MIL MOTORISTAS E COBRADORES
- CRISE NA SIDERURGIA FECHA 29 MIL VAGAS EM CERCA DE 2 ANOS
- APÓS APROVAÇÃO EM ASSEMBLEIA, GM CONFIRMA LAY-OFF EM GRAVATAÍ
- REUNIÃO ENTRE LG E SINDICATO PARA EVITAR DEMISSÕES TERMINA SEM ACORDO
- COM VENDAS EM BAIXA, MAIS CARROS ENTRAM NA BLACK FRIDAY
- CONTAS DO GOVERNO TÊM MAIOR ROMBO DA HISTÓRIA PARA MESES DE OUTUBRO
- EMPREENDEDORES CONTAM COMO TRANSFORMARAM SUAS CARREIRAS
- NOVOS PROJETOS DE LEI
- GFIP: PL 7512/2014 É APROVADO POR UNANIMIDADE EM COMISSÃO NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
- MINÉRIO, SOJA E MILHO PUXAM DESACELERAÇÃO DO IPA EM NOVEMBRO, AFIRMA FGV
- REAÇÃO À ALTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DO AÇO É 'HISTERIA PROGRAMADA', DIZ IABR
- ÍNDICE DE SUSTENTABILIDADE PARA 2016 ENCOLHE E EXCLUI VALE; CESP E OI ENTRAM
- ARSÊNIO E MERCÚRIO SÃO ENCONTRADOS NO RIO DOCE DIAS APÓS DESASTRE DA SAMARCO
- EMPRESA MOSTRA CAMINHO DAS PEDRAS PARA OS "ASPIRAS"
- OUTORGA EM LEILÃO DE HIDRELÉTRICAS ELEVARÁ A CONTA DE LUZ EM ATÉ 2,8

PONTOS PERCENTUAIS

- JURO DO CARTÃO SEGUE ACIMA DE 400% AO ANO E DO CHEQUE É MAIOR DESDE 95
- MINÉRIO, SOJA E MILHO PUXAM DESACELERAÇÃO DO IPA EM NOVEMBRO, AFIRMA FGV
- TC FAZ 17 RESSALVAS E 18 DETERMINAÇÕES ÀS CONTAS DO GOVERNO RICHIA; VEJA A LISTA
- DIESELGATE GERA MULTA RECORDE AO GRUPO VW NA COREIA DO SUL
- USIMINAS ALEGA FALTA DE INCENTIVOS AO DEMITIR 4 MIL EM SÃO PAULO
- CAMINHÕES DEVEM BUSCAR ALTERNATIVAS DE FINANCIAMENTO
- CNI: JUROS SÓ CAEM SE HOVER COMPROMETIMENTO COM AJUSTE FISCAL
- CRISE NA SIDERURGIA FECHA 29 MIL VAGAS EM CERCA DE 2 ANOS
- REAÇÃO À ALTA DO IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO DO AÇO É 'HISTERIA PROGRAMADA', DIZ IABR
- COM RECESSÃO E GREVE DE BANCÁRIOS, CRÉDITO RECUA EM OUTUBRO, REVELA BC
- INADIMPLÊNCIA É MAIOR DESDE 2013 E JUROS DE PESSOA FÍSICA BATEM RECORDE
- COLAPSO DE PREÇOS DO MINÉRIO PÕE EM DÚVIDA ESTRATÉGIA DE MINERADORAS

CÂMBIO		
EM 27/11/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,740	3,741
Euro	3,957	3,958

Fonte: BACEN

Motoristas e cobradores fazem duas assembleias nesta sexta para decidir sobre novo indicativo de greve

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Os motoristas e cobradores do transporte coletivo de Curitiba fazem duas assembleias nesta sexta-feira (27), às 9h e às 15h, para decidir sobre um novo indicativo de greve. As reuniões foram marcadas depois que o sindicato da categoria (Sidimoc) recebeu um ofício das empresas de ônibus informando que elas não têm dinheiro para pagar o 13.º salário dos trabalhadores e também que pretendem demitir 2 mil pessoas.

Caso o indicativo seja aprovado, a entidade que representa os trabalhadores deve respeitar um prazo legal de 72 horas antes de iniciar uma possível paralisação. Nesse cenário, a greve de ônibus poderá começar na próxima terça-feira (1.º). Além da capital, as linhas de ônibus metropolitanas também podem ser atingidas.

A decisão das empresas foi comunicada à Urbs e à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), que gerencia o transporte metropolitano, por meio de dois ofícios. O déficit no custeio do transporte coletivo é o principal argumento do sindicato das empresas de ônibus (Setransp) para justificar as demissões e cortes no pagamento.

As viagens que fazem o transporte público da capital têm pressionado a prefeitura para ampliar o valor da tarifa técnica. No fim de setembro, a Urbs fixou a tarifa técnica de 2015 em R\$ 3,21. Os empresários pediam o valor de R\$ 3,40 e chegaram a levar a questão à justiça, que negou o pedido.

Em Curitiba, as viagens alegam empregar mais funcionários do que seria possível pagar com o montante repassado pela Urbs. O “descompasso mensal” no “custeio de pessoal operacional” seria de 20%.

Já as linhas metropolitanas estariam sofrendo com a queda no número de passageiros desde que houve a desintegração da Rede Integrada de Transporte (RIT), em fevereiro deste ano. Além disso, a diferença total entre o que é gasto pelas empresas e o repassado pela Comec seria equivalente a 13,2% “de todos os custos operacionais”, argumentam as empresas.

Negociações

As empresas reivindicam uma negociação a ser realizada “de forma imediata e conjunta”. Caso contrário, a falta de pagamento poderia se repetir na 2.ª parcela do 13.º salário e nos salários de dezembro e janeiro do próximo ano, “perdurando até a negociação coletiva”, que se inicia em fevereiro de 2016, argumentam.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-PR) recebe as partes em reunião na próxima segunda-feira (30). O impasse pode ser mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR), como já ocorreu com a categoria em outras ocasiões.

Além da Justiça do Trabalho, o Sidimoc pretende entrar com uma ação na Fazenda Pública para questionar o valor da tarifa e se há equilíbrio no contrato.

Frota

Curitiba conta hoje com uma frota de 1.368 ônibus e o sistema é operado por cerca de 16 mil empregados – entre motoristas e cobradores. Se as demissões forem realmente efetivadas, ainda não se sabe como ficariam as novas escalas de trabalho. Nesta quinta-feira, o prefeito Gustavo Fruet (PDT) estava reunido com o presidente da Urbs, Roberto Gregório Junior, para discutir o problema.

Em entrevista pela manhã à Gazeta do Povo, Fruet afirmou que recebeu a notícia do ofício durante a madrugada desta quinta-feira e admitiu não ter solução de imediato. “Vou me debruçar sobre o assunto de hoje até segunda-feira (30)”, disse.

Região Metropolitana

Os ofícios mandados pelo Setransp ao Sindimoc também citam as linhas metropolitanas administradas pela Coordenação da Região Metropolitana, a Comec. Procurado, o órgão se limitou a dizer que ainda não foi informado oficialmente do risco de não pagamento do 13.º dos motoristas e cobradores e que só vai se manifestar quando isso ocorrer.

Empresários dizem não ter dinheiro para o 13.º e ameaçam demitir 2 mil motoristas e cobradores

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



O fim de 2015 deverá ser de caos para o sistema de transporte público na capital. Os empresários do setor enviaram, ainda na quarta-feira (25), um ofício ao Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Ônibus de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc) em que informaram que precisarão demitir cerca de 2 mil funcionários nos próximos meses por não ter dinheiro para pagar o 13.º salário deste ano.

Além da capital, as linhas de ônibus metropolitanas também podem ser atingidas. As rescisões serão negociadas, pois não há recursos para o pagamento ser feito de uma só vez.

O Sindimoc deve discutir um indicativo de greve, em duas assembleias marcadas para esta sexta-feira (27), às 9h e às 15h, na sede do sindicato. Com prazo legal de 72 horas, a paralisação pode iniciar na próxima terça-feira (1.º). As informações foram divulgadas em coletiva de imprensa na tarde desta quinta-feira.

A situação foi informada pelo sindicato patronal (Setransp) em dois ofícios, um enviado à Urbs, responsável pelo transporte em Curitiba, e outro à Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (Comec), que gerencia o transporte metropolitano.

As empresas reivindicam uma negociação a ser realizada “de forma imediata e conjunta”. Caso contrário, a falta de pagamento poderia se repetir na 2.ª parcela do 13.º salário e nos salários de dezembro e janeiro do próximo ano, “perdurando até a negociação coletiva”, que se inicia em fevereiro de 2016, argumentam.

O Ministério Público do Trabalho (MPT-PR) recebe as partes em reunião na próxima segunda-feira (30). O impasse pode ser mediado pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT-PR), como já ocorreu com a categoria em outras ocasiões.

Além da Justiça do Trabalho, o Sidimoc pretende entrar com uma ação na Fazenda Pública para questionar o valor da tarifa e se há equilíbrio no contrato.

As empresas que fazem o transporte público da capital têm pressionado a prefeitura para ampliar o valor da tarifa técnica. No fim de setembro, a Urbs fixou a tarifa técnica de 2015 em R\$ 3,21. Os empresários pediam o valor de R\$ 3,40 e chegaram a levar a questão à justiça, que negou o pedido

Curitiba conta hoje com uma frota de 1.368 ônibus e o sistema é operado por cerca de 16 mil empregados – entre motoristas e cobradores. Se as demissões forem realmente efetivadas, ainda não se sabe como ficariam as novas escalas de trabalho. Nesta quinta-feira, o prefeito Gustavo Fruet (PDT) estava reunido com o presidente da Urbs, Roberto Gregório Junior, para discutir o problema.

Em entrevista pela manhã à Gazeta do Povo, Fruet afirmou que recebeu a notícia do ofício durante a madrugada desta quinta-feira e admitiu não ter solução de imediato. "Vou me debruçar sobre o assunto de hoje até segunda-feira (30)", disse.

Região Metropolitana

Os ofícios mandados pelo Setransp ao Sindimoc também citam as linhas metropolitanas administradas pela Coordenação da Região Metropolitana, a Comec. Procurado, o órgão se limitou a dizer que ainda não foi informado oficialmente do risco de não pagamento do 13.º dos motoristas e cobradores e que só vai se manifestar quando isso ocorrer.

Crise na siderurgia fecha 29 mil vagas em cerca de 2 anos

27/11/2015 – Fonte: Jornal A Tribuna Santos



Imersa no que considera a maior crise de sua história, a indústria siderúrgica nacional deverá demitir mais 7.407 pessoas nos próximos seis meses, somando 29 mil dispensas desde janeiro de 2014. O retrato é reflexo da fraca atividade econômica, que já levou ao fechamento de dezenas de unidades produtivas no setor.

O Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas, não acredita em uma recuperação em 2016. A previsão é de queda de 4% nas vendas domésticas de aço e de 5,1% no consumo aparente no ano que vem, em cima de uma estatística já desfavorável em 2015. "Vivemos a maior crise de nossa história.

O ano de 2016 está aí. Não há nada que sinalize recuperação do mercado interno. Será a repetição de 2015", disse o presidente executivo do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, após divulgar as perspectivas para o setor na quinta-feira (26), no Rio.

O diagnóstico foi apresentado na quarta-feira (25), em Brasília à presidente Dilma Rousseff e a um grupo de ministros, entre os quais Joaquim Levy, da Fazenda. O setor pede que o governo tome medidas emergenciais, sendo a principal delas o aumento da alíquota do imposto de importação de aço. O alvo é barrar a entrada do aço vindo da China, acusada de práticas de comércio consideradas desleais.

Na quinta, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro, confirmou que o governo deve apresentar em até 15 dias uma definição sobre a sobretaxa.

O levantamento do Aço Brasil revela que hoje 47 unidades produtivas de aço - 2 altos-fornos, 4 aciarias, 8 laminadores, 4 mineradoras, entre outros equipamentos - estão desativadas ou paralisadas no País, o que significou 21.786 demissões e 2.266 contratos de trabalho suspensos desde 2014.

A estimativa do instituto, que reúne grupos como Usiminas, Gerdau, ArcelorMittal e CSN, é que em seis meses o total de equipamentos desativados salte para 71.

Efeito dominó

As siderúrgicas vêm sendo atingidas pela crise de setores consumidores como o automotivo e de construção civil. Além disso enfrentam um cenário marcado pelo excesso de aço no mundo - em torno de 700 milhões de toneladas - e a pesada concorrência da siderurgia chinesa. De acordo com o Aço Brasil, o setor siderúrgico adiou US\$ 2,2 bilhões em investimentos nos últimos anos.

A maior expressão da crise do setor foi a recente decisão da Usiminas de fechar a unidade de Cubatão. A paralisação das atividades levará à perda de 2 mil empregos diretos e pelos menos outros 2 mil indiretos na região. A empresa já foi alvo de uma série de protestos.

"O fechamento de Cubatão criou maior sensibilidade (no governo) por significar demissões. O setor continua diante de uma grande dificuldade que precisa ser tratada no curtíssimo prazo sob pena de agravamento", disse Lopes, admitindo que tudo leva a projeções piores para 2016.

As siderúrgicas apostam nas exportações para ganhar fôlego, mas dizem que a alta do dólar não foi suficiente para aumentar sua competitividade.

Após aprovação em assembleia, GM confirma lay-off em Gravataí

27/11/2015 – Fonte: R7

Os funcionários da fábrica da General Motors (GM) em Gravataí, na região metropolitana de Porto Alegre, aprovaram em assembleia, nesta quinta-feira, 26, a proposta da montadora para que 825 trabalhadores sejam colocados em lay-off (suspensão temporária de contratos) por cinco meses, a partir do dia 1º de dezembro.

A medida atingirá os funcionários do terceiro turno, que será interrompido. É a primeira vez que o lay-off, já adotado na fábrica do ABC paulista, será aplicado nessa unidade. A planta de Gravataí produz os modelos Onix (o segundo automóvel mais vendido no País) e Prisma.

Em nota, a GM confirmou que vai recorrer ao lay-off para suspender temporariamente as operações do terceiro turno do complexo industrial de Gravataí entre 1º de dezembro de 2015 e 30 de abril de 2016. "A medida é necessária para adequar a produção à atual demanda do mercado brasileiro, que registra queda superior a 43% desde dezembro de 2012", diz o texto.

De acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Gravataí (Sinmgra), a GM tem mais de 25 mil carros em estoque na região, distribuídos no pátio da fábrica e em duas áreas alugadas.

Segundo o presidente do sindicato, Valcir Ascari, deixar os trabalhadores em casa nunca é uma boa alternativa, mas o lay-off era a única opção para evitar demissões neste

momento. O objetivo, agora, é conseguir manter os empregos quando a suspensão dos contratos terminar.

No lay-off, o funcionário recebe parte do salário pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) em forma de bolsa qualificação. O restante é completado pela empresa, mas não há recolhimento de encargos trabalhistas, como FGTS.

Reunião entre LG e sindicato para evitar demissões termina sem acordo

27/11/2015 – Fonte: G1



Após cinco horas de reunião, terminou sem acordo a negociação entre a LG e o Sindicato dos Metalúrgicos para impedir demissões na planta da multinacional em Taubaté (SP). A unidade informou nesta semana que tem um excedente de 600 funcionários na planta.

O encontro nesta quinta-feira (26) foi na Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho (Sert) em São Paulo e teve a participação do secretário da pasta, José Luiz Ribeiro.

Como não houve consenso entre representantes da multinacional e do sindicato, uma nova reunião foi marcada para 4 de dezembro. O sindicato e a empresa não informaram detalhes da negociação.

Crise

A fabricante de eletrônicos afirma que reforçou as medidas para tentar amenizar os impactos da crise nos negócios, já que atualmente produz apenas 30% de sua capacidade na planta no Vale do Paraíba.

A empresa deu férias coletivas aos empregados 14 vezes neste ano e foram abertos Programas de Demissão Voluntária quatro vezes neste ano.

A LG afirma que analisou as possibilidades oferecidas pelo Programa de Proteção ao Emprego (PPE) e pela suspensão temporária do contrato de trabalho (lay-off), mas as alternativas não atenderiam às necessidades de redução de custos da empresa no curto e médio prazo.

Com vendas em baixa, mais carros entram na Black Friday

27/11/2015 – Fonte: G1

A participação de montadoras na Black Friday não é novidade: a promoção começou no Brasil em 2010, e, desde 2012, algumas marcas de carros aderiram. No ano passado, Chevrolet e Fiat anunciaram ofertas.

Neste ano, com queda ainda maior nas vendas, ao menos 5 têm descontos para esta sexta-feira (27): Chery, Chevrolet, Jac Motors, Renault e Volkswagen. A maioria das promoções vale até domingo (29).

A Kia antecipou sua Black Friday, lançada no feriado prolongado de 15 de Novembro. Há ainda campanhas independentes, feitas por redes de concessionárias. Muitas marcas aproveitam a oportunidade para escoar carros modelo 2015. Veja abaixo os destaques.

A oferta é para o SUV Tiggo ano/modelo 2015/2015 e vale até o próximo domingo (29), para compras à vista.

O modelo com câmbio automático tem "desconto de R\$ 4 mil", por R\$ 55.990. A versão manual tem corte de R\$ 2.400, saindo por R\$ 52.990.

O Tiggo deverá ter uma nova geração lançada no Brasil no ano que vem. o modelo deverá se tornar nacional em 2018.

Participante da campanha desde 2012, a Chevrolet é a única montadora listada entre as lojas do site oficial (www.blackfriday.com.br) e é a que colocou mais modelos na ação.

As ofertas começaram na noite da última quinta-feira (26). O cliente precisa selecionar sua cidade e estado e é redirecionado para uma página onde aparecem as promoções por concessionárias da região. Ele poderá fazer a reserva pelo site do carro que lhe interessar, mas precisa ir até a loja em até 48 horas para fechar negócio.

Em São Paulo, por exemplo, às 20h20 de quinta, eram ofertadas unidades do hatch Onix 1.0 2015/2016 na cor preta por R\$ 35.990. O preço sugerido do modelo fora da promoção é R\$ 38.390.

As ofertas estão na página www.blackfridaychevrolet.com.br e no www.blackfriday.com.br

Contas do governo têm maior rombo da história para meses de outubro

27/11/2015 – Fonte: G1

Em meio à recessão e às dificuldades do governo para aumentar a arrecadação – apesar da alta de vários tributos neste ano –, as contas públicas continuam com resultado sofrível, segundo números divulgados pela Secretaria do Tesouro Nacional nesta quinta-feira (26).

Em outubro, foi registrado um déficit primário (despesas maiores que receitas, sem contar os juros da dívida) de R\$ 12,27 bilhões. É o pior resultado para este mês desde o início da série histórica, em 1997. Até então, o maior déficit para este mês havia sido registrado em 1998, no valor de R\$ 1,46 bilhão.

Segundo o secretário do Tesouro Nacional, Marcelo Saintive, o déficit recorde registrado em outubro deste ano está relacionado com a antecipação da primeira parcela do 13º dos aposentados e pensionistas.

Por conta deste pagamento, a Previdência teve um déficit de R\$ 19,8 bilhões em outubro deste ano, contra um resultado negativo de R\$ 2,89 bilhões no mesmo mês de 2014.

Nos dez primeiros meses deste ano, as contas do governo tiveram um déficit primário de R\$ 33,09 bilhões. Com isso, também registraram o pior resultado da série histórica, iniciada em 1997, para este período – superando o ano de 2014, que era o maior déficit da série (-R\$ 11,63 bilhões).

"O componente do ciclo econômico [baixo nível de atividade] está afetando a arrecadação. Além disso, as empresas estão com alto grau de incerteza e estão retendo um pouco esses recursos.

Buscando não fazer a arrecadação de seus impostos agora", declarou Saintive, do Tesouro Nacional, lembrando que as empresas podem apurar seus tributos por estimativa e mudar o regime de tributação, realizando os pagamentos posteriormente.

Revisão da meta fiscal

Por conta do resultado ruim das contas públicas neste ano, o Executivo anunciou, no mês passado, uma nova revisão da meta fiscal de 2015. A meta passou de um superávit, nas contas do governo, para um déficit fiscal de R\$ 51,8 bilhões – o pior resultado da história. Essa revisão, porém, ainda tem de passar pelo Congresso Nacional.

O governo admitiu ainda que o valor do rombo pode ser maior caso seja incluído o pagamento das chamadas "pedaladas fiscais" (as dívidas da União com os bancos públicos), e não se confirme a receita de R\$ 11 bilhões prevista com o leilão de hidrelétricas (que o governo já anunciou que será pago somente em 2016). O déficit pode atingir, deste modo, quase R\$ 120 bilhões.

Receitas, despesas e investimentos

As receitas totais (a arrecadação) subiram 2,7% nos dez primeiros meses ano (em termos nominais, sem descontar a inflação), contra o mesmo período do ano passado, para R\$ 1,02 trilhão. O aumento das receitas foi de R\$ 27,2 bilhões sobre o mesmo período do ano passado.

Ao mesmo tempo, as despesas totais subiram quase o dobro nos dez primeiros meses deste ano (ainda em termos nominais): 5,1%, para R\$ 885 bilhões. Neste caso, o aumento foi de R\$ 42,85 bilhões. Os gastos somente de custeio, por sua vez, avançaram 9,2% na parcial deste ano, para R\$ 198 bilhões – um aumento de R\$ 16,81 bilhões.

Já no caso dos investimentos, porém, houve forte redução de gastos. As despesas com investimentos caíram 33,4% nos dez primeiros meses deste ano, para R\$ 45,85 bilhões.

A queda frente ao mesmo período de 2014 foi de R\$ 22,95 bilhões, de acordo com o Tesouro.

Pagamento de subsídios

Segundo números oficiais, o governo está retomando o pagamento de subsídios – cuja despesa estava atrasada no ano passado nos episódios que estão relacionados com as chamadas "pedaladas fiscais", em análise no Tribunal de Contas da União (TCU). O governo admitiu recentemente que as "pedaladas" somaram R\$ 57 bilhões.

De janeiro a outubro deste ano, o pagamento de subsídios somou R\$ 22,5 bilhões, com aumento de 192% em relação ao mesmo período do ano passado, quando estas despesas somaram R\$ 7,7 bilhões.

As chamadas "operações oficiais de crédito e reordenamento de passivos" passaram de R\$ 3,93 bilhões, nos dez primeiros meses de 2014, para R\$ 17,23 bilhões no mesmo período deste ano – um aumento de 337%, ou R\$ 13,3 bilhões.

Dividendos e concessões

Além do fraco comportamento da arrecadação, fruto do baixo ritmo da atividade econômica, o governo também informou que recebeu menos recursos de dividendos de empresas estatais.

De janeiro a outubro de 2015, o governo recebeu R\$ 6,03 bilhões em dividendos (parcelas de lucros), contra R\$ 17,77 bilhões no mesmo período de 2014.

Em concessões, porém, o governo recebeu mais valores de janeiro a outubro deste ano (R\$ 5,62 bilhões) contra o mesmo período do ano passado (R\$ 2,8 bilhões).

O governo informou ainda que foi realizado um pagamento de R\$ 1,25 bilhão para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) nos nove primeiros meses deste ano, em comparação com R\$ 8 bilhões no mesmo período do ano passado.

Apesar de ter prometido não fazer pagamentos para a CDE neste ano, foi paga uma última parcela em janeiro. A CDE é um fundo por meio do qual realiza ações no setor elétrico, entre elas o financiamento de programas como o Luz para Todos, subsídio à conta de luz de famílias de baixa renda, compra de combustível para termelétricas e pagamento de indenizações para empresas.

Medidas de ajuste

Para tentar melhorar o desempenho das contas públicas neste ano, o governo subiu tributos sobre combustíveis, automóveis, empréstimos, importados, receitas financeiras de empresas, exportações de produtos manufaturados, cerveja, refrigerantes, cosméticos e folha de pagamentos. A alta da tributação sobre a folha começa a valer, porém, somente em 2016.

O governo também limitou benefícios sociais, como o seguro-desemprego, o auxílio-doença, o abono salarial e a pensão por morte, medidas já aprovadas pelo Congresso Nacional.

Além disso, efetuou um bloqueio inicial de R\$ 69,9 bilhões no orçamento deste ano, valor que foi acrescido de outros R\$ 8,6 bilhões no mês passado. Os principais itens afetados pelo contingenciamento do orçamento de 2015 são os investimentos e as emendas parlamentares.

Empreendedores contam como transformaram suas carreiras

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

Assumir risco é a essência do empreendedorismo na visão dos palestrantes da segunda edição do PME em Pauta de 2015. Os quatro empreendedores participantes contaram ao público como imprimiram mudanças em suas trajetórias para transformarem seus negócios em referência no mercado. O evento aconteceu nesta quinta-feira (26), no Centro de Eventos da Fiep, em Curitiba, e reuniu 550 pessoas.

A primeira apresentação foi do criador da marca ÖUS Brasil, Rafael Narciso, de 35 anos. O viajante, skatista e empresário nunca passou no vestibular, mas criou uma marca de sucesso que desenvolve tênis para praticantes de skateboarding e adeptos da cultura urbana.

Narciso mostrou que a trajetória teve muitos altos e baixos até se transformar no que é hoje: uma empresa com produtos espalhados por 450 pontos de venda em mais de 180 cidades brasileiras.

A ÖUS Brasil ainda exporta para Estados Unidos, Noruega, Itália, Colômbia e Austrália. “Nós passamos por todas as dificuldades, começando por credibilidade. Você tem que provar que você pode trazer algum resultado para clientes e fornecedores”, explica.

Oven Pizza



Em seguida, foi a vez do CEO da Oven Pizza, Rafael Soares, de 31 anos, mostrar o caminho que trilhou até chegar à empresa que faz pizzas artesanais e customizadas para cada cliente. Ele começou a carreira profissional como sales management trainee na companhia americana Ferguson Enterprises, onde trabalhou por três anos até alcançar a gerência de toda a operação comercial da empresa.

Soares reinventou sua carreira quando saiu da companhia internacional para fundar a rede de franquias Yoguland. Depois de ter 50 unidades franqueadas em todo o país, incluindo unidades na Colômbia e no Paraguai, foi a vez de dar vida a outro empreendimento na área da alimentação: a Oven Pizza, atualmente com quatro unidades próprias.

O empreendedor aconselhou os participantes a reinventarem algo já consolidado, como ele fez com a Oven Pizza. "Acredito muito na transformação. Pegar algo consolidado e transformar aquilo em algo um pouco melhor", diz Soares.

Nex Coworking



Logo após, o CEO da Nex Coworking, André Pegorer, de 32 anos, apresentou o universo da economia colaborativa. Depois de trabalhar com projetos no terceiro setor, Pegorer decidiu empreender e fundou a empresa de escritórios compartilhados. O local conta hoje com uma unidade em Curitiba e abriga de 450 coworkers de mais de 200 empresas.

"Um grande aprendizado que eu tive na minha carreira de empreendedor é a capacidade de mobilizar recursos. Não só recursos financeiros, mas a capacidade de fazer as pessoas te ajudarem a caminhar: construir redes, construir comunidades", diz. A meta até 2017 é implantar seis unidades da Nex em diferentes capitais do Brasil.

Madero

O diretor de marketing e sócio do Madero, Leandro Lorca, de 33 anos, encerrou as palestras do evento mostrando como mesmo uma empresa consolidada precisa se reinventar.

A rede de restaurantes acaba de inaugurar uma unidade em Miami e aposta na versão contêiner para crescer ainda mais no mercado. Os contêineres têm um terço de custo do restaurante e proporcionam mais agilidade aos clientes. Também atendem a um nicho pouco explorado, o de alimentação em rodovias.

A receita do Madero para crescer e lançar novidades mesmo em um mercado recessivo está em otimizar custos e assumir riscos. "Num momento em que era para nós repensarmos os investimentos, nós fizemos o contrário. Conseguimos crescer, conseguimos captar recursos no mercado, fizemos uma emissão de debêntures de R\$ 88 milhões, porque acreditamos no modelo de negócio do Madero", diz Lorca.

O PME em Pauta é um evento promovido pela **Gazeta do Povo** em parceria com a FAE Business School e a Itaipu Binacional que traz empreendedores para compartilhar suas histórias. O tema desta segunda edição de 2015 foi "transformação".

Novos Projetos de Lei

27/11/2015 – Fonte: FIEP

Departamento de Assuntos Legislativos nº 37 . ano XI .26 de novembro de 2015.

Confira nessa edição os novos projetos de lei apresentados na Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Índice

Novos Projetos de Lei Federal

Interesse Geral da Indústria

Regulamentação da Economia

Pagamento do salário-maternidade às empregadas de empresas de pequeno porte
PLS 732/2015 da senadora Gleisi Hoffmann (PT/PR)

Relações de Consumo

Instituição de direito ao atendimento presencial para consumidores por ocasião da rescisão contratual

PLS 731/2015 da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

Tipifica crimes contra consumidores

PL 3616/2015 do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

Questões Institucionais

Limites ao exercício do controle de constitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal

PLS 736/2015 do senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

Proibição de restrição de acesso à informação sobre atos sujeitos à fiscalização do TCU

PL 3360/2015 do deputado Vinicius Carvalho (PRB/SP)

Limite de prazo para que seja proferida decisão nos processos administrativos

PL 3583/2015 do deputado Leandre (PV/PR)

Legislação Trabalhista

Duração do Trabalho

Redução da Jornada de Trabalho

PEC 148/2015 do senador Paulo Paim (PT/RS)

Benefícios

Antecipação das férias em caso de doença grave

PL 3594/2015 do deputado Jerônimo Goergen (PP/RS)

Ampliação da licença maternidade em caso de deficiência ou internação do recém nascido

PL 3627/2015 do deputado Luiz Lauro Filho (PSB/SP)

Relações Individuais do Trabalho

Proibição do trabalho para menores de 16 anos

PL 3629/2015 da deputada Josi Nunes (PMDB/TO)

Infraestrutura

Estabelecimento do marco legal das Agências Reguladoras

PL 2910/2015 da Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados

Isenção do IPI, do Pis/Pasep e da Cofins para painéis solares e seus acessórios

PL 3542/2015 do deputado Lobbe Neto (PSDB/SP)

Seguro contra rompimento de barragens

PL 3563/2015 da deputada Elcione Barbalho (PMDB/PA)

Regras para cobrança de tarifas de esgoto sanitário

PL 3596/2015 do deputado César Halum (PRB/TO)

Sistema Tributário

Obrigações, Multas e Administração Tributárias

Concessão de benefícios fiscais de ICMS por convênios e alteração do quórum do Confaz

PLS-C 724/2015 da senadora Simone Tebet (PMDB/MS)

Infraestrutura Social

Previdência Social

Permissão do recálculo de aposentadoria (desaposentação)

PL 3541/2015 do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP)

Concessão de visto permanente ao estrangeiro que investir em empresas e pretenda fixar-se no Brasil

PL 3354/2015 do deputado Luiz Nishimori (PR/PR)
Interesse Setorial

Indústria da Mineração
Exploração e aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas
PL 3509/2015 do deputado Luiz Cláudio (PR/RO)

Regras para realização de atividade minerária
PL 3587/2015 do deputado Veneziano Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Indústria Farmacêutica
Alteração dos prazos para concessão e renovação do registro de medicamentos e de alterações pós-registro
PLS 727/2015 do senador José Serra (PSDB/SP)

Novos Projetos de Lei Estadual

Questões Institucionais
Determina ao Governo do Estado a realizar convênios e financiamentos tão somente aos tomadores de repasses que tenham em seu quadro funcional engenheiro civil concursado, quando envolver execução de obras
PL 826/2015 de autoria do deputado Schiavinato (PP)

Concessão de licença-maternidade especial às servidoras estaduais paranaenses, mães de bebês prematuros
PL 853/2015 de autoria do deputado Ney Leprevost (PSD)

Política Social

Saúde
Altera a Lei nº 18.537/2015, que dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio
PL 831/2015 de autoria do deputado Nereu Moura (PMDB)

Meio Ambiente
Gestão de recursos hídricos
Dispõe sobre a recapacitação da Central Geradora Hidrelétrica (CGH) localizada no município de Campo Mourão
PL 833/2015 de autoria do deputado Marcio Nunes (PSC)

Desenvolvimento sustentável
Criar no âmbito do Estado do Paraná o selo "Protetora Legal"
PL 843/2015 de autoria do deputado Rasca Rodrigues (PV)

Tributos

Tarifas e taxas
Institui política de desconto em multas e juros de créditos tributários para apoio a hospitais e dá outras providências
PL 838/2015 de autoria do deputado Gilberto Ribeiro (PSB)

Política Social

Saúde
Alteração da Lei nº 18.537/2015, que dispõe sobre a isenção do pagamento de pedágio para pessoas com doenças graves e degenerativas em tratamento de saúde fora do município de seu domicílio
PL 844/2015 de autoria do deputado Missionário Ricardo Arruda (PSC)

Educação

Institui no Estado do Paraná o Programa Geração Atitude, com o objetivo de fomentar a educação para o exercício da cidadania

PL 849/2015 de autoria Comissão Executiva e Deputado Jonas Guimarães (PMDB)

Tributos

Impostos

Altera o dispositivo que especifica o inciso V do artigo 14 da Lei nº 14.260/2003, que estabelece normas de tratamento tributário pertinente ao imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA)

PL 855/2015 de autoria do deputado Guto Silva (PSC)

GFIP: PL 7512/2014 é aprovado por unanimidade em comissão na Câmara dos Deputados

27/11/2015 – Fonte: Contábeis.com

O Projeto de Lei nº 7512/2014, de autoria do Deputado Federal Laércio Oliveira (SD/SE) e que prevê a anistia de débitos tributários referentes à Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP).

O Projeto de Lei nº 7512/2014, de autoria do Deputado Federal Laércio Oliveira (SD/SE) e que prevê a anistia de débitos tributários referentes à Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), foi aprovado por unanimidade hoje (25) na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Agora, o projeto será encaminhado para a Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e, caso aprovado, segue para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC). Após aprovada, segue para o Senado Federal e, caso não haja alteração, é encaminhada à sanção presidencial.

Desde o ano passado, a Fenacon trabalha em conjunto com o deputado federal Laércio Oliveira (SD/SE), autor da proposta, para a elaboração e aprovação dessa matéria. A intensa articulação conjunta culminou na aprovação desse projeto na CTASP.

O PL 7512/14 anistia débitos da GFIP no período de 01/2009 a 13/2013. A justificativa do PL alerta que a cobrança dessas multas, de valores altos, pode inviabilizar a continuidade das atividades das empresas “o que gerará desemprego sendo que o próprio Estado deixará de receber outros tributos advindos da sua operação”.

A justificativa alega também que os valores dos documentos não condizem com a finalidade a que se destinam.

“Ocorre que essa é uma medida extremamente danosa e não condiz com o simples caráter educacional das penalidades. Devemos abrandar tais sanções financeiras e retificar as que já foram constituídas. Ademais, não cabe alegar que a presente proposta importa em renúncia de receitas da União, pois os débitos de multas não podem ser considerados receita, já que acontecem excepcionalmente”, afirma o texto.

A Fenacon continuará a atuar na defesa dos interesses dos representados e fará o possível para agilizar a tramitação do projeto, solicitando rapidez na designação do relator e na apresentação do parecer na Comissão de Finanças e Tributação.

Veja a íntegra do [projeto](#).

Definição de estratégias

Após a aprovação na CTASP, a Fenacon se reuniu na tarde de hoje com representantes do Sescon/DF para definir estratégias a serem adotadas para a aprovação do projeto nas próximas etapas da tramitação.

Participaram da reunião o presidente do Sescon/DF e o diretor da entidade, Eliés de Paula e Crisomário Marra, respectivamente. Representaram a Fenacon o vice-presidente da Fenacon Região Centro-Oeste, Cláudio Junior, o assistente de projetos José Luiz Faria e o assessor parlamentar Gustavo Vieira.

GFIP: entenda a tramitação do PL 7512/2014

Nos últimos dias, o sistema Fenacon Sescap/Sescon tem trabalhado incansavelmente para se chegar a uma solução sobre as multas da GFIP. Entre reuniões com parlamentares e no Ministério da Fazenda, um das frentes de atuação é a luta pela aprovação do Projeto de Lei 7512/2014.

A proposta, de autoria do deputado Laercio Oliveira (SD-SE) prevê a anulação das referidas multas. Entenda como é o rito de tramitação dessa proposta:

- 1 - Atualmente tramita na Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP). Se aprovada seguirá para
- 2 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT), se aprovada seguirá para
- 3 - Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), se aprovada e não havendo recurso para tramitação em plenário, seguirá ao Senado Federal.

Vale lembrar que além do trabalho realizado pela Federação é de grande importância que os sindicatos e empresários mobilizem os parlamentares de sua base pela aprovação o mais rápido possível dessa proposta.

Minério, soja e milho puxam desaceleração do IPA em novembro, afirma FGV

27/11/2015 – Fonte: R7

Na passagem de outubro para novembro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV), desacelerou de alta de 2,63% para 1,93%, com forte contribuição do grupo Matérias-Primas Brutas, que passou de alta de 4,47% para avanço de 0,96% no período.

No estágio inicial da produção, os principais responsáveis pela desaceleração foram soja em grão (de 7,11% para -1,06%), minério de ferro (de 4,53% para -2,63%) e milho em grão (de 12,92% para 2,65%). Contudo, foi registrada aceleração em itens como mandioca (de -1,49% para 13,52%), cana-de-açúcar (de 1,35% para 3,51%) e bovinos (de 1,65% para 2,07%).

O índice referente a Bens Intermediários dentro do IPA também apresentou desaceleração, embora em menor intensidade, ao sair de alta de 2,07% em outubro para 1,74% em novembro. O principal responsável pelo movimento foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura (de 2,97% para 2,00%).

O índice de Bens Intermediários (ex), calculado após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, avançou 1,78% em novembro, contra alta de 2,24%, em outubro.

Já o índice relativo aos Bens Finais registrou aceleração, ao passar de 1,69% no décimo mês do ano para 2,96% neste mês. Influenciou no resultado o comportamento do subgrupo alimentos in natura (de -1,70% para 12,29%). O índice de Bens Finais (ex),

que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, teve avanço de 1,80%, ante alta de 1,71% em novembro.

Principais influências

De acordo com a FGV, a lista de maiores influências de baixa no IPA de novembro estão minério de ferro (de 4,53% para -2,63%), soja em grão (de 7,11% para -1,06%), leite in natura (mesmo reduzindo o ritmo de queda, de -1,90% para -1,77%), suínos (de 13,52% para -3,74%) e adubos e fertilizantes compostos (apesar do abrandamento da deflação, de -1,61% para -1,40%).

Já na lista de maiores influências alta estão gasolina (de 2,77% para 3,49%), tomate (de -6,34% para 37,12%), etanol (de 5,90% para 8,02%), tarifa de eletricidade residencial (de 0,76% para 1,68%) e batata-inglesa (de -8,04% para 19,99%).

Reação à alta do Imposto de Importação do aço é 'histeria programada', diz IABr

27/11/2015 – Fonte: R7

O presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes, classificou de "histeria programada" a reação de entidades como a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e a Associação Nacional de Fabricantes de Eletroeletrônicos (Eletros) contra a possibilidade de o governo aumentar a alíquota do Imposto de Importação sobre o aço. A medida está em estudo pela Fazenda.

As entidades dizem que a alta da sobretaxa prejudicará a indústria consumidora do aço, que terá seus custos encarecidos. Lopes afirma que o argumento é falso e que estudos do instituto mostram que, entre janeiro de 2009 e setembro de 2015, o aço apresentou deflação de 6,4%. "O fato de ter aumento do Imposto de Importação não quer dizer que haverá aumento de preço", disse.

O IABr afirma que trabalhou por oito meses junto com entidades da cadeia metal-mecânica para que apresentassem medidas de defesa conjuntas, mas as conversas acabaram sendo abortadas. "Essas entidades não querem avançar porque têm hoje, em seu segmento, empresas que abriram mão do processo produtivo para optar pela importação. Não consigo entender essa histeria programada", disse.

Índice de Sustentabilidade para 2016 encolhe e exclui Vale; Cesp e Oi entram

27/11/2015 – Fonte: R7

A composição do Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&FBovespa para 2016 encolheu em relação à carteira atual e destaca a ausência de ações de companhias como Vale, Gerdau e Sabesp, enquanto Cesp e Oi foram incluídas nas listagem.

A nova formação do ISE, que irá vigorar a partir de 4 de janeiro, traz 40 ações de 35 companhias, contra 50 ações de 38 empresas na composição atual. Também deixaram de fazer parte os papéis da empresa de logística JSL e da companhia de energia elétrica Coelce.

A publicação da carteira do índice ocorre após o desastre ambiental em Minas Gerais ocorrido com o rompimento de barragens de rejeitos de mineração da Samarco, no início do mês. A mineradora é uma joint-venture entre a Vale e a BHP Billiton.

Apesar da redução, a BM&FBovespa avaliou em comunicado à imprensa que a nova carteira traz "expressivo aumento da transparência por parte das companhias", uma vez que aumentou a o percentual de empresas que autorizaram a abertura das respostas do questionário usado no processo de seleção.

Em nota, a Vale afirmou que mantém seus compromissos nos avanços da agenda de sustentabilidade e destacou que se manteve no ISE por cinco anos consecutivos até 2015. Já a Gerdau não quis comentar sobre o assunto durante encontro com investidores na quinta-feira.

O ISE acumula em 2015 perda ao redor de 7 por cento, enquanto o Ibovespa contabiliza declínio de cerca de 6 por cento. Segundo a bolsa, o índice teve rentabilidade de cerca de 129 por cento contra 51,3 por cento do Ibovespa nos últimos 10 anos.

De acordo com a BM&FBovespa, são convidadas a participar do processo anual do ISE as companhias que detêm as 200 ações mais líquidas da bolsa na virada da carteira. Para o processo da carteira anunciada nesta edição, foram convidadas 180 companhias.

A formulação do ISE tem como parceiro técnico o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (GVces).

Entre as características das companhias que compõem o novo ISE, a BM&FBovespa informou que 75 por cento das empresas incluem avaliações e discussões periódicas de temas socioambientais nas reuniões do Conselho de Administração ou de comitês que reportam a ele, bem como 93 por cento declaram possuir política corporativa sobre mudanças climáticas aprovada pelo Conselho de Administração ou pela alta direção.

Arsênio e mercúrio são encontrados no Rio Doce dias após desastre da Samarco

27/11/2015 – Fonte: R7

Níveis ilegais de arsênio e mercúrio poluíram o Rio Doce nos dias após o rompimento da barragem da mineradora Samarco, no início de novembro, em Mariana (MG), no pior desastre ambiental já registrado na história do Brasil, de acordo com testes realizados por uma agência estadual de água.

O Instituto de Gestão das Águas de Minas Gerais (Igam), chegou a encontrar níveis de arsênio mais de dez vezes acima do limite legal em um ponto do Rio Doce, depois do colapso da barragem em 5 de novembro, que matou pelo menos 13 pessoas e derramou uma lama espessa por diversas cidades do país.

Uma quantidade de mercúrio ligeiramente acima do nível permitido também foi encontrada em uma área.

No total, o Igam encontrou níveis inaceitáveis de arsênio em um ou mais dias entre 7 de novembro e 12 de novembro, em sete trechos do Rio Doce, que se estende por 800 quilômetros de Minas Gerais ao Espírito Santo desaguando na costa atlântica.

O relatório, que tem a data de 17 de novembro, mas foi publicado no site do Igam apenas na terça-feira, após pressão do Ministério Público, parece contradizer afirmações feitas pelas empresas responsáveis pela mina.

A Samarco, joint venture formada pela anglo-australiana BHP Billiton e pela brasileira Vale, tem dito repetidamente que a lama liberada pela barragem não é tóxica.

A Samarco disse em um comunicado nesta quinta-feira que seus próprios testes nos rejeitos da barragem mostraram que eles não representam qualquer risco para os seres humanos.

Na quarta-feira, a agência das Nações Unidas para os direitos humanos disse que novas provas mostraram que a lama "continha altos níveis de metais pesados tóxicos e outros

produtos químicos", sem especificar quais são os produtos químicos ou de onde vieram as evidências.

Leonardo Castro Maia, um promotor na cidade de Governador Valadares, que teve seu abastecimento de água cortado após a chegada da lama, disse à Reuters que tinha pressionado o Igam para que publicasse suas conclusões em seu site. Após uma demora, ele disse que a agência publicou.

"Há uma verdadeira falta de comunicação entre os organismos de testes da água e da população em geral. A distribuição da informação precisa ser melhorada", disse Maia.

O Laboratório Tommasi, empresa contratada pela agência ambiental do Espírito Santo para fazer testes na água, disse que também tinha encontrado arsênio acima dos níveis legais, mas as quantidades caíram nos últimos dias.

"É arsênio que não estava lá antes do estouro da barragem", disse o proprietário do laboratório, Bruno Tommasi. Ele disse que seus testes não encontraram mercúrio ou urânio e também pediu cautela sobre como interpretar os resultados de arsênio.

"Diferentes tipos de arsênio causam diferentes níveis de danos e nossos testes não especificaram que tipo de arsênio estava na água", disse ele.

Biólogos que trabalham ao longo do rio e no litoral ficaram chocados com o impacto da barragem que estourou.

A lama já matou milhares de peixes, mas a BHP disse que provavelmente morreram engasgados com o grande volume de sedimentos liberado pela barragem, e não por uma composição química da lama.

Empresa mostra caminho das pedras para os "aspiras"

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo

A Tecnospeed está sediada em dois andares de um prédio comercial no Centro de Maringá, na Avenida Duque de Caxias. Dali, é possível ver, no outro lado da rua, o edifício que foi casa da empresa nos primeiros anos, onde quatro pessoas se acotovelavam em um espaço de 44 metros quadrados. Hoje, são 50 funcionários, mas ainda há espaço de sobra, já que quase metade da equipe trabalha de casa, em home office.

A média de idade, na faixa dos 22 anos, entrega o sistema de recrutamento da empresa, que foca em recém-formados e oferece treinamento para habilidades específicas em parcerias com universidades e entidades como o Sebrae-PR.

"Nossa estratégia é buscar gente que está começando na carreira e moldar esses profissionais de acordo com a nossa necessidade. Temos várias pessoas aqui que tiveram seu primeiro emprego na Tecnospeed e atuam agora em cargos de supervisão", relata o diretor e co-fundador da Tecnospeed, Erike Almeida.

Os funcionários novatos são chamados de "aspiras" e têm, desde o primeiro dia, traçado um caminho de desenvolvimento, que deixa claro as oportunidades para o profissional dentro da empresa e as ações necessárias para evoluir ali dentro.

Além disso, recebem o acompanhamento de um "padrinho", um funcionário mais experiente que ajuda nas tarefas da Tecnospeed e também dá dicas para o dia a dia, indicando, por exemplo, lugares para almoçar. A ideia, assim, é estreitar os laços e criar um ambiente repleto não só de colegas de trabalho, mas de bons amigos.

A decoração do escritório de programação, no nono andar do prédio, dá mais dicas sobre a rotina de trabalho na Tecnospeed. Na parede, há um sino de metal que é tocado sempre que um novo negócio é fechado – o som é seguido por gritos e aplausos efusivos da equipe. E, ao alcance de todos, está um fliperama montado pela própria equipe da empresa – as partidas de Street Fighter estão entre as mais concorridas.

Outorga em leilão de hidrelétricas elevará a conta de luz em até 2,8 pontos percentuais

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



A decisão do governo federal de cobrar R\$ 17 bilhões em outorgas no leilão de hidrelétricas existentes realizado na quarta-feira (24) terá um impacto de entre 1,5 e 2,8 pontos percentuais nas tarifas dos consumidores, afirmou uma consultoria especializada em cálculos tarifários.

O peso será percebido a partir de 2016, quando os reajustes tarifários que são concedidos anualmente às distribuidoras de eletricidade pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) deverão ter um acréscimo para custear o pagamento dos bônus ao Tesouro Nacional.

“Esse valor (pago pelas outorgas) vai ser devolvido para quem adquiriu as usinas ao longo da duração da concessão, que é de 30 anos, só que corrigido pela inflação e com uma taxa de remuneração. Isso gera um custo, e esse custo será cobrado do consumidor na tarifa”, explicou o diretor da consultoria TR Soluções, Paulo Steele.

De acordo com ele, o peso extra dessa conta sobre os percentuais de reajustes em 2016 será de em média 1,5 ponto percentual para consumidores do Norte do país; 1,7 no Sudeste; 1,8 para Sul e Centro-Oeste; e 2,8 para os clientes do Nordeste.

As hidrelétricas leiloadas receberão uma receita anual de R\$ 3,1 bilhões a partir de 2016, dos quais R\$ 2,3 bilhões, ou cerca de 74%, vão remunerar a outorga paga pelos novos concessionários, segundo informações da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A cobrança do bônus de outorga no leilão foi autorizada pela Medida Provisória 688, publicada em agosto deste ano e recém-aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado --o texto aguarda agora sanção presidencial.

MP MUDOU MODELO E PERMITIU COBRANÇA

Até a publicação da MP 688, os leilões de energia previam que o vencedor seria a empresa que oferecesse a menor tarifa final para o consumidor, sem pagamento de valores ao governo federal.

Esse modelo havia sido estabelecido em 2004, pela então ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff.

Em 2012, o governo federal ofereceu a empresas que tinham concessões de geração de energia próximas do vencimento a oportunidade de renovar os contratos antecipadamente e sem licitação, desde que por uma remuneração menor.

As hidrelétricas licitadas nesta semana foram as que preferiram não aceitar essa renovação.

Com a MP 688, no entanto, o governo elevou a remuneração proposta para essas usinas, com o objetivo de viabilizar a cobrança das outorgas.

“A tarifa vai subir, o critério deu uma cambalhota”, critica o consultor Roberto Pereira D’Araújo, do Instituto Ilumina. Ele considera que, na prática, houve uma “inacreditável e grave quebra de princípios” do modelo do setor que irá “desembocar no bolso dos consumidores”.

Juro do cartão segue acima de 400% ao ano e do cheque é maior desde 95

27/11/2015 – Fonte: G1

Os juros médios cobrados pelos bancos nas operações com cheque especial atingiram, em outubro, o maior patamar em mais de 20 anos. Ao mesmo tempo, a taxa média cobrada no cartão de crédito rotativo registrou pequena queda mas, mesmo assim, continuou acima da marca de 400% ao ano, segundo números divulgados pelo Banco Central nesta sexta-feira (27).

No caso do cheque especial, os juros ficaram em 278% ao ano no mês passado. A taxa representa um aumento de 14,4 pontos percentuais em relação ao patamar do mês anterior, quando estavam em 263% ao ano. É o maior patamar desde junho de 1995, quando estavam em 283% ao ano, de acordo o BC.

Os juros cobrados pelos bancos nesta linha de crédito tiveram forte aumento nos últimos meses. No fim de 2013, estavam em 148,1% ao ano. O crescimento, portanto, foi de 130 pontos percentuais nos últimos 19 meses. Somente neste ano, a alta foi de 77,1 pontos percentuais.

Cartão de crédito

Já os juros médios cobrados pelos bancos nas operações com cartão de crédito rotativo – a modalidade mais cara do mercado – registraram queda em outubro, quando ficaram em 406% ao ano, contra 414% ao ano em setembro. Mesmo com a queda, continuam acima da marca de 400% ao ano. O BC tem recomendado que os clientes bancários evitem essa linha de crédito.

Junto com o cheque especial, os juros do cartão de crédito rotativo são os mais caros do mercado. A recomendação de economistas é que os clientes bancários paguem toda a sua fatura do cartão no vencimento, não deixando saldo devedor, e que evitem também usar o cheque especial.

Alta dos juros básicos da economia

O aumento dos juros bancários acompanha a alta da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para tentar conter as pressões inflacionárias.

A taxa subiu entre outubro do ano passado e setembro deste ano – avançando de 11% para 14,25% ao ano, uma alta de 3,25 pontos percentuais. Os números mostram que os bancos elevaram suas taxas de juros ao consumidor de maneira mais intensa.

Reportagem publicada recentemente pelo jornal norte-americano “The New York Times” diz que os juros praticados em algumas linhas de crédito no Brasil “fariam um agiota americano sentir vergonha”, citando os dos cartões de crédito.

Segundo um levantamento feito pela consultoria Economatica para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de

capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 – mais do que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).

Consignado, crédito pessoal e veículos

No caso das operações de crédito pessoal para pessoas físicas (sem contar o consignado), de acordo com o Banco Central, a taxa média cobrada pelos bancos somou 129,1% ao ano em outubro, contra 118,2% ao ano em setembro. Nesse caso, houve uma alta de 10,9 pontos percentuais.

Ainda segundo o BC, a taxa média de juros cobrada pelas instituições financeiras nas operações do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) somou 28,1% ao ano em outubro – o que representa um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a setembro (27,6% ao ano).

Segundo o BC, a taxa média de juros para aquisição de veículos por pessoas físicas, por sua vez, somou 25,9% ao ano em outubro, contra 25,6% ao ano em setembro

Minério, soja e milho puxam desaceleração do IPA em novembro, afirma FGV

27/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Na passagem de outubro para novembro, o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA), apurado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), desacelerou de alta de 2,63% para 1,93%, com forte contribuição do grupo Matérias-Primas Brutas, que passou de alta de 4,47% para avanço de 0,96% no período.

No estágio inicial da produção, os principais responsáveis pela desaceleração foram soja em grão (de 7,11% para -1,06%), minério de ferro (de 4,53% para -2,63%) e milho em grão (de 12,92% para 2,65%). Contudo, foi registrada aceleração em itens como mandioca (de -1,49% para 13,52%), cana-de-açúcar (de 1,35% para 3,51%) e bovinos (de 1,65% para 2,07%).

O índice referente a Bens Intermediários dentro do IPA também apresentou desaceleração, embora em menor intensidade, ao sair de alta de 2,07% em outubro para 1,74% em novembro. O principal responsável pelo movimento foi o subgrupo materiais e componentes para a manufatura (de 2,97% para 2,00%).

O índice de Bens Intermediários (ex), calculado após a exclusão do subgrupo combustíveis e lubrificantes para a produção, avançou 1,78% em novembro, contra alta de 2,24%, em outubro.

Já o índice relativo aos Bens Finais registrou aceleração, ao passar de 1,69% no décimo mês do ano para 2,96% neste mês. Influenciou no resultado o comportamento do subgrupo alimentos in natura (de -1,70% para 12,29%). O índice de Bens Finais (ex), que exclui os subgrupos alimentos in natura e combustíveis, teve avanço de 1,80%, ante alta de 1,71% em novembro.

Principais influências

De acordo com a FGV, a lista de maiores influências de baixa no IPA de novembro estão minério de ferro (de 4,53% para -2,63%), soja em grão (de 7,11% para -1,06%), leite in natura (mesmo reduzindo o ritmo de queda, de -1,90% para -1,77%), suínos (de 13,52% para -3,74%) e adubos e fertilizantes compostos (apesar do abrandamento da deflação, de -1,61% para -1,40%).

Já na lista de maiores influências alta estão gasolina (de 2,77% para 3,49%), tomate (de -6,34% para 37,12%), etanol (de 5,90% para 8,02%), tarifa de eletricidade residencial (de 0,76% para 1,68%) e batata-inglesa (de -8,04% para 19,99%).

27/11/2015 – Fonte: Gazeta do Povo



Nesta quinta-feira (26), o Tribunal de Contas do Paraná (TC) recomendou a aprovação das contas do governo do estado com ressalvas. O único voto divergente foi do conselheiro Ivens Linhares. No geral, a decisão seguiu instrução feita pela Diretoria de Contas Estaduais (DCE).

A decisão final sobre este assunto cabe à Assembleia – que pode ou não referendar a decisão tomada pelo pleno do TC. Há prazo para recursos do governo do estado – ou seja, a entrega do relatório à Assembleia não deve ocorrer neste ano.

Ao todo, foram feitas 17 ressalvas, 18 determinações e sete recomendações, além de quatro encaminhamentos que serão tomados pelo próprio TC. Veja a lista:

Ressalvas

As ressalvas são fatos que ocorreram no exercício anterior considerados inadequados pelo TC.

- 1.O governo não apurou, em 2014, os índices de avaliação do programa Educação para Todos.
- 2.O desempenho do Ideb foi abaixo das metas estabelecidas no programa Inova Educação. O índice foi de 4,1 para os anos finais do ensino fundamental, ante meta de 4,6, e de 3,4 para o ensino médio, contra uma meta de 4,4. Os dados são de 2013.
- 3.Utilização de indicadores com periodicidade que não permitem apuração anual do desempenho do programa Inova Educação – o Ideb é avaliado de dois em dois anos.
- 4.Não consta na LDO a estimativa da renúncia de receita do estado, algo exigido pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).
- 5.Não consta na LDO a quantificação dos riscos fiscais e as medidas a serem tomadas no caso de suas ocorrências.
- 6.Não consta na LDO limites para a concessão de créditos suplementares ao orçamento. Em 2014, 30% do orçamento final foi adicionado ao longo do exercício e 26% do orçamento original foi cancelado.
- 7.Despesas liquidadas foram canceladas sem justificativa.
- 8.Governo não comprovou que os recursos vinculados pertencentes a fundos especiais foram destinados para sua finalidade.
- 9.No final de 2014, a disponibilidade de caixa era de R\$ 1 bilhão negativo. Isso significa que o governo empenhou gastos, mas não tinha dinheiro em caixa para bancá-los. Isso é especialmente grave, visto que 2014 era ano de fim de mandato.

10. Meta de resultado nominal foi descumprida. Inicialmente, previa-se um superávit de R\$ 2,3 bilhões, mas, no final, o governo encerrou o ano com déficit de R\$ 178 milhões. Além disso, a dívida líquida, que deveria ser de R\$ 1 bilhão, ficou em R\$ 3 bilhões. Meta foi alterada em lei posteriormente.

11. Saldo de caixa do final do exercício de 2013 divergia do saldo de caixa inicial de 2014.

12. Baixa efetividade na arrecadação de créditos inscritos em dívida ativa. Isso significa que o governo tem dificuldade em cobrar seus credores. Há, ainda, alto índice de baixa por prescrição e inconsistência nos relatórios de baixa por cancelamento.

13. Governo não repassou recursos obrigatórios ao Tribunal de Justiça para o pagamento de precatórios entre os meses de outubro e dezembro.

14. Governo deixou de repassar R\$ 61 milhões aos fundos Financeiro e Militar da Paraná Previdência.

15. Gasto mínimo de 2% da Receita Tributária com ciência e tecnologia não foi cumprido (ficou em 1,83%). Essa irregularidade é recorrente desde 2005.

16. Ineficiência de controle e desequilíbrio do fluxo de caixa, que causou atraso nos pagamentos a fornecedores. Por sua vez, isso gera mais despesa, com acréscimos de encargos financeiros e multa.

17. Falta de atendimento às ressalvas, determinações e recomendações feitas pelo TC. Em 2014, 72% dos apontamentos feitos pelo TC sobre as contas de 2013 se repetiram.

Determinações

As determinações são providências que o governo tem que tomar em relação às ressalvas.

1. Providenciar alterações no sistema informatizado de avaliação de planos de governo, para gerar relatórios mais confiáveis e precisos da execução física e financeira do ciclo orçamentário.

2. Apresentar a estimativa de renúncia de receita nas próximas LDOs.

3. Incluir nas próximas LDOs a quantificação dos riscos fiscais e as medidas a serem tomadas.

4. Apresentar limites para alterações no orçamento já na LDO.

5. Dotar os fundos financeiro e militar com créditos orçamentários transferidos do orçamento fiscal, empregando o mesmo tratamento dado aos outros poderes.

6. Estabelecer controles para a arrecadação e a destinação dos recursos vinculados a fundos especiais, de forma a evidenciar o uso adequado de recursos vinculados.

7. Demonstrar a execução das obrigações contraídas no último ano de mandato (2014).

8. Apresentar, no prazo de 30 dias, a comprovação da aplicação de R\$ 117 milhões oriundos da venda de ativos. O governo vendeu esses ativos, mas não incluiu na prestação de contas como esse dinheiro foi usado.

9. Não encaminhar projeto de lei posterior à vigência do orçamento que altere metas estabelecidas na LDO.

10. Adotar medidas rígidas para limitação de empenhos e movimentação financeira, para equilibrar as receitas e as despesas.

11. Consolidar os dados dos Serviços Sociais Autônomos nos demonstrativos de gestão fiscal.

12. Cumprir os prazos do pagamento de precatórios.

13. Destinar integralmente os recursos necessários para a manutenção dos fundos Financeiro e Militar da Parana Previdência.

14. Demonstrar e comprovar que os recursos que deixaram de ser repassados para Parana Previdência foram compensados em 2015.

15. Instituir documento hábil e específico destinado ao recolhimento direto aos fundos das contribuições relativas ao RPPS da parte patronal e dos servidores.

16. Rever a política de aplicação de recursos na área de ciência e tecnologia, para atender índice constitucional.

17. Otimizar as rotinas para a disponibilização tempestiva do sistema contábil para os devidos registros pelas entidades estaduais.

18. A controladoria e a ouvidoria-geral do estado devem acompanhar a implantação das medidas saneadoras e corretivas propostas pelo TC, adotando medidas legais necessárias para o cumprimento delas. Em caso de descumprimento, os responsáveis devem ser representados junto ao TC.

Recomendações

As recomendações são medidas que podem solucionar problemas encontrados nas prestações de contas, mas que não são de execução obrigatória.

1. Adotar, no próximo Plano Plurianual (PPA), indicadores de avaliação que permitam o acompanhamento anual das metas estabelecidas, sem prejuízo da utilização dos indicadores oficiais.

2. Estabelecer, no próximo PPA, metas que reflitam qualitativa e quantitativamente os objetivos a serem alcançados, sem colocar atividades rotineiras como metas.

3. Reavaliar a necessidade da manutenção de fundos inoperantes.

4. Realização de procedimento específico de fiscalização pela DCE para a apuração de problemas nos fundos especiais estaduais.

5. Ajustar demonstrações contábeis para evitar a demonstração de transações duplicadas.

6. Compatibilizar a contabilidade dos fundos previdenciários com a do Executivo, abrangendo tanto a parte patronal quanto a de servidores.

7. Realizar estudos para o dimensionamento do quadro de pessoal e reduzir a contratação por regime especial.

Encaminhamentos

São medidas que devem ser tomadas pelo próprio TC, para apurar com mais profundidade questões levantadas durante o processo de análise das contas.

1. Sugerir que as unidades técnicas acrescentem em suas instruções normativas a observância às regras de final de mandato, presentes na LRF.

2. Realizar procedimento específico de investigação sobre problemas na gestão de fundos especiais.

3. Apurar responsabilidade por alterações tardias em relatórios de gestão fiscal.

4. Apurar responsabilidade pelo não cumprimento do gasto mínimo constitucional em ciência e tecnologia.

Dieselgate gera multa recorde ao Grupo VW na Coreia do Sul

27/11/2015 – Fonte: Automotive Business

A Coreia do Sul, por meio de seu Ministério do Meio Ambiente, multou o **Grupo Volkswagen** no valor de US\$ 12,31 milhões, equivalente a 14,1 bilhões de won (moeda local), a maior sanção pecuniária imposta a uma montadora pelo país devido aos motores a diesel com software que burla testes de emissões.

O país decidiu realizar seus próprios testes em veículos da marca após a montadora admitir a fraude em setembro. É o primeiro país além dos Estados Unidos a punir a montadora com base em seus próprios testes.

O ministério também ordenou que a empresa apresente um plano de recall a partir de 6 de janeiro de 2016 para 125,5 mil veículos equipados com o motor EA189 Euro 5 nas versões 1.6 e 2.0 e vendidos principalmente entre 2008 e 2015 naquele mercado.

A pasta acrescenta que ainda não verificou se os modelos equipados com o motor EA288 Euro 6 têm as emissões manipuladas pelo software. Os testes do governo sul-coreano em modelos a diesel de outras 15 marcas serão concluídos em abril.

A filial da Volkswagen na Coreia do Sul afirmou que os detalhes do recall serão anunciados pela matriz, na Alemanha.

CONSEQUÊNCIAS NA AUDI

Enquanto isso, a Audi, uma das marcas do Grupo Volkswagen, suspendeu dois de seus engenheiros como parte da investigação interna sobre a fraude dos testes de emissões em seus veículos a partir da instalação de um software que burla os resultados, segundo informação dada pelo CEO da Audi, Rupert Stadler, na quinta-feira, 26, ao jornal alemão Donaukurier.

As suspensões confirmam e elevam para oito o número de pessoas que estão afastadas por conta das investigações internas, incluindo pelo menos seis altos executivos, informa o jornal.

Na mesma data da reportagem, tanto o Grupo VW quanto a Audi notificaram as autoridades dos Estados Unidos sobre 85 mil veículos com motor 3.0 V-6 a diesel que estão equipados com o sistema que fraudas as emissões, o que não tinha sido comunicado até agora aos órgãos reguladores daquele país, intensificando o escândalo que começou em setembro.

O motor diesel V-6, projetado e produzido pela Audi em sua fábrica de Neckarsulm, na Alemanha, é amplamente utilizado em modelos premium do grupo em veículos ano modelo 2009 a 2016 e vendidos pelas marcas Volkswagen, Audi e Porsche.

A admissão da Audi, que contribui com cerca de 40% do lucro do Grupo VW, está aumentando a pressão sobre Stadler, que está na companhia há 25 anos.

“O que está em jogo agora é [descobrir] a verdade e não vou descansar até que tudo esteja sobre a mesa”, respondeu Stadler em sua entrevista ao jornal quando questionado sobre as possíveis consequências pessoais da investigação na empresa.

Desde que admitiu a fraude em motores a diesel há cerca de dois meses, o escândalo já causou a demissão do principal executivo do Grupo Volkswagen, Martin Winterkorn, que renunciou ao cargo de CEO logo após o caso vir à tona. O grupo também já perdeu o equivalente a € 20 bilhões em valor de mercado.

A companhia está enfrentando um escândalo de emissões em três frentes: o software instalado em veículos a diesel em cerca de 11 milhões de motores (menores) em todo o mundo; irregularidades na classificação de dióxido de carbono (CO2) em cerca de 800 mil e a agora o software que também burla emissões em 85 mil motores a diesel (maiores) nos Estados Unidos.

Usiminas alega falta de incentivos ao demitir 4 mil em São Paulo

27/11/2015 – Fonte: Automotive Business

O empréstimo no valor total de R\$ 2,3 bilhões, concedido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à Usiminas nos anos de 2006 e 2011, não foi suficiente para evitar os impactos da crise econômica na siderúrgica e a demissão de 4 mil trabalhadores, disse na quinta-feira, 26, o presidente da companhia, Rômel Erwin de Souza.

Em depoimento na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do BNDES, Souza afirmou que a atual situação econômica é pior do que a vivida pelo País em 2008, com queda maior do mercado interno e crescimento da produção chinesa.

“O mercado externo é a saída porque o mercado interno desabou”, disse Souza, ao destacar que, desde o início do ano, o Instituto Aço Brasil está negociando com o governo medidas de incentivo à exportação e barreiras econômicas ao aço produzido na China. “Se essas medidas tivessem sido adotadas antes, as demissões poderiam ter sido evitadas.”

Segundo Souza, com a atual situação, a saída encontrada pela empresa para minimizar impactos ainda maiores foi paralisar a unidade de produção de aço da empresa em Cubatão (SP), o que resultará na demissão de 4 mil trabalhadores, anunciada para 31 de janeiro. Souza explicou que as demissões foram adotadas para preservar 16 mil empregos gerados pela companhia.

O deputado Marcelo Squassoni (PRB-SP), autor do requerimento para ouvir Souza e o presidente do conselho de administração da Usiminas, Marcelo Gasparino da Silva, que também esteve na CPI na manhã de quinta-feira, destacou que a China tem um excedente de 400 milhões de toneladas de aço e vende o produto a preços baixos no mercado internacional.

Parlamentares de oposição rebateram o argumento usado na defesa de medidas protecionistas afirmando que o problema está concentrado na paralisação da economia brasileira.

REPERCUSSÃO

Entidades como Anfavea, Sindipeças e Abimaq se reuniram na quarta-feira, 25, para debater e reforçar seu posicionamento contra a medida de aumento do imposto de importação do aço que está em discussão entre siderúrgicas e o governo.

Na mesma data, o presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, esteve

em Brasília para uma reunião com a presidente Dilma Rousseff. Nesta quinta-feira é a vez do ministro Armando Monteiro, do MDIC, palestrar durante almoço comemorativo na sede do Instituto Aço Brasil.

Caminhões devem buscar alternativas de financiamento

27/11/2015 – Fonte: Automotive Business

Com a nova realidade da economia brasileira, o setor de caminhões deverá criar alternativas de novos modelos de negócio que não dependam de linhas de financiamentos como o Finame PSI do BNDES.

O alerta é da MA8 Consulting, especializada na indústria automotiva que elaborou novo estudo de projeções para o segmento de veículos pesados, incluindo caminhões e ônibus, e para o setor de máquinas e equipamentos agrícolas e de construção.

O estudo classifica as linhas de crédito e financiamentos como ferramentas entre os elementos de incentivos às vendas do setor, mas alerta para a necessidade de desenvolver em caráter urgente novos mecanismos para sustentar os negócios.

“A tendência para os próximos anos é que o BNDES deixe de ser um banco que subsidie este setor e passe a se dedicar ainda mais ao desenvolvimento da agroindústria e equipamentos de construção e mineração”, diz Orlando Merluzzi, presidente da MA8 Consulting.

Segundo o executivo, a agroindústria e a produção de commodities continuará sendo o porto seguro da economia e seguirão respondendo por mais de 50% das exportações brasileiras ainda por um longo prazo.

“A safra anual continuará quebrando recordes e deve atingir 250 milhões de toneladas nos próximos 10 anos, sem a mesma expansão em área cultivada, o que significa que o agronegócio demandará mais tecnologia, máquinas e implementos agrícolas e necessitará de uma política exclusiva de financiamento e fomento”, analisa Merluzzi.

Segundo ele, o segmento comandará a retomada do setor automotivo e será o principal responsável pela retomada de vendas de caminhões pesados para a safra 2016/2017. Contudo, a questão do financiamento local ainda será um entrave para atender a demanda.

Ele sugere a procura por financiamentos externos. “Bancos chineses são uma ótima opção, uma vez que a agroindústria brasileira interessa muito à China, que já começou a investir no agronegócio brasileiro”.

PROJEÇÕES

A consultoria projeta retomada das vendas só a partir de 2017, mas conclui que algumas empresas terão dificuldades para reagir devido ao enfraquecimento de suas redes de distribuidores e concessionários durante o período de retração.

O setor de máquinas e implementos agrícolas será o primeiro a se recuperar já a partir de 2016 e poderá repetir os bons volumes de anos recentes até o final desta década. Já para caminhões e máquinas de construção, o consultor estima que demandarão um pouco mais de tempo para se recuperar, mas com tendência de crescimento contínuo e moderado para os próximos anos.

“Nossa projeção mais otimista para máquinas e equipamentos de construção indica que o volume anual de vendas, ao final desta década, deve representar 50% de crescimento em

relação ao ano de 2015. Isso resultaria em volumes ainda bem abaixo do mercado que vivemos entre 2011 e 2013. Mesmo assim, projetamos um cenário positivo para todos esses setores”, complementa.

Também deve haver um processo de consolidação, fusão e aquisições no setor de distribuição de veículos no País. Até o fim desta década, 40% das redes de concessionárias no Brasil terão participado de algum tipo de reestruturação e redefinição em seus modelos de negócio e governança corporativa.

Contudo, Merluzzi alerta para que as concessionárias e distribuidores concentrem recursos nas atividades de pós-venda. “As redes de distribuição terão que sobreviver com a venda de peças e serviços, uma vez que as vendas de veículos e máquinas estão retraídas. As estratégias de atendimento ao parque circulante existente precisam ser muito bem planejadas. É no pós-venda que residirá a sobrevivência das redes de concessionárias e distribuição, nos próximos anos.”

CNI: juros só caem se houver comprometimento com ajuste fiscal

27/11/2015 – Fonte: CIMM

A manutenção dos juros básicos da economia em 14,25% ao ano foi uma decisão acertada, disse a Confederação Nacional da Indústria (CNI). Em nota, a entidade destacou que, mesmo com a inflação em níveis altos, não há mais espaço para aumento dos juros e que somente o compromisso do governo com o ajuste fiscal fará as taxas caírem.

“A indústria considera que, mesmo com a inflação elevada, não há espaço para um novo aumento dos juros. A elevação da taxa aprofundaria a recessão e agravaria a situação das contas públicas. A inflação elevada e resistente é resultado de pressões de custos, puxados pelo reajuste dos preços administrados e do câmbio, além das incertezas sobre a implementação e a eficácia do ajuste fiscal”, ressaltou o comunicado.

Para a CNI, o principal desafio do país, no momento, é controlar o crescimento dos gastos públicos e assegurar resultados fiscais que permitam conter a alta da dívida pública sem aumentar tributos. A entidade cobrou ainda reformas estruturais para a recuperação da economia brasileira.

“A superação da crise econômica também exige medidas estruturais que promovam a competitividade e permitam a retomada do crescimento econômico, como a modernização da legislação do trabalho, os investimentos em infraestrutura e a simplificação dos tributos”, concluiu a nota.

Crise na siderurgia fecha 29 mil vagas em cerca de 2 anos

27/11/2015 – Fonte: Isto É Dinheiro

Imersa no que considera a pior crise de sua história, a indústria siderúrgica nacional deverá demitir mais 7.407 pessoas nos próximos seis meses, somando 29 mil dispensas desde janeiro de 2014. O retrato é reflexo da fraca atividade econômica, que já levou ao fechamento de dezenas de unidades produtivas no setor.

O Instituto Aço Brasil, que representa as siderúrgicas, não acredita em uma recuperação em 2016. A previsão é de uma queda de 4% nas vendas domésticas de aço e de 5,1% no consumo aparente no ano que vem, em cima de uma estatística já desfavorável em 2015.

“Vivemos a pior crise de nossa história. O ano de 2016 está aí. Não há nada que sinalize recuperação do mercado interno. Será a repetição de 2015”, disse o presidente executivo

do Aço Brasil, Marco Polo de Mello Lopes, após divulgar as perspectivas para o setor ontem, no Rio.

O diagnóstico foi apresentado na quarta-feira em Brasília à presidente Dilma Rousseff e a um grupo de ministros, entre os quais Joaquim Levy, da Fazenda. O setor pede que o governo tome medidas emergenciais, sendo a principal delas o aumento da alíquota do imposto de importação de aço. O alvo é barrar a entrada do aço vindo da China, acusada de práticas de comércio consideradas desleais.

Ontem, o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Armando Monteiro, confirmou que o governo deve apresentar em até 15 dias uma definição sobre a sobretaxa.

O levantamento do Aço Brasil revela que hoje 47 unidades produtivas de aço - dois altos-fornos, quatro aciarias, oito laminadores, quatro mineradoras, entre outros equipamentos - estão desativadas ou paralisadas no País, o que significou 21.786 demissões e 2.266 contratos de trabalho suspensos desde 2014. A estimativa do instituto, que reúne grupos como Usiminas, Gerdau, ArcelorMittal e CSN, é que em seis meses o total de equipamentos desativados salte para 71.

Efeito dominó. As siderúrgicas vêm sendo atingidas pela crise de setores consumidores como o automotivo e de construção civil. Além disso, enfrentam um cenário marcado pelo excesso de aço no mundo - em torno de 700 milhões de toneladas - e a pesada concorrência da siderurgia chinesa, acusada de vender seu aço a preços abaixo de mercado e receber subsídios do governo. De acordo com o Aço Brasil, o setor siderúrgico adiou US\$ 2,2 bilhões em investimentos nos últimos anos.

A maior expressão da crise do setor foi a recente decisão da Usiminas de fechar a unidade de Cubatão, em São Paulo, a antiga Cosipa. A paralisação das atividades levará à perda de 2 mil empregos diretos e pelos menos outros 2 mil indiretos na região. A empresa já foi alvo de uma série de protestos.

"O fechamento Cubatão criou maior sensibilidade (junto ao governo) por significar demissões. O setor continua diante de uma grande dificuldade que precisa ser tratada no curtíssimo prazo sob pena de agravamento", disse Lopes, admitindo que nada impede que as projeções para 2016 sejam piores.

As siderúrgicas apostam nas exportações para ganhar fôlego, mas dizem que a alta do dólar não foi suficiente para aumentar sua competitividade. Neste momento, as brasileiras vêm exportando sem margem, caso da Usiminas, de Cubatão.

Com recessão e greve de bancários, crédito recua em outubro, revela BC

27/11/2015 – Fonte: G1

O baixo nível de atividade, com a economia brasileira em recessão, a queda do dólar e a greve dos bancários impactou o crédito das instituições financeiras em outubro, que registrou a primeira queda deste ano, segundo análise feita pelo chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, Fernando Rocha, nesta sexta-feira (27).

No mês passado, o crédito ofertado pelos bancos registrou queda de 0,1%, para R\$ 3,15 trilhões.

Em setembro, o estoque dos empréstimos bancários estava em R\$ 3,16 trilhões. No acumulado dos dez primeiros meses de 2015, o aumento foi de 4,6% e, em doze meses até outubro, o crescimento foi de 8,1%. Com isso, está havendo nova desaceleração em 2015, visto que, no ano passado, a expansão foi de 11,3%.

"Vemos agora em outubro uma continuidade da desaceleração do saldo do crédito. Há um tempo atrás [o crédito bancário] crescia a um ritmo de dois dígitos [acima de 10% ao ano]. Agora, está crescendo menos. Devido ao fato de o estoque do crédito ser bem maior do que era antes, mas deriva também da atividade econômica, com impactos no emprego, na renda e nas vendas. E especificamente neste mês nos vamos ver algum impacto da greve dos bancários, que se estendeu do dia 6 ao dia 23 de outubro", avaliou Rocha, do BC.

Segundo ele, com a greve dos bancários, as concessões de crédito dos bancos recuaram.

"Esses valores [de queda das concessões de crédito] são bastante superiores à redução que ocorre tanto em comparação com dezembro do ano passado quanto em doze meses.

Tem algum impacto [da greve] nas concessões, mas a apreciação do câmbio [queda do dólar] acaba reduzindo o saldo também", explicou o representante do BC. O estoque de crédito cai, quando o dólar recua, pois há empréstimos atrelados à variação da moeda norte-americana.

De acordo com os números da autoridade monetária, o crédito com recursos livres (sem contar habitacional, BNDES e rural) caiu mais ainda. Recuou 0,4% em outubro, mas teve alta de 4,3% em doze meses, para R\$ 1,6 trilhão no mês passado.

Para este ano, a previsão do BC é de uma alta de apenas 5% - a menor da série histórica, que começa em 2008.

Já o crédito direcionado (empréstimos rurais, do BNDES e para compra da casa própria) teve crescimento em outubro, informou o BC. Subiu 0,2% em outubro e 12,4% em doze meses, para R\$ 1,55 trilhão no fim fechamento do mês passado. Para 2015 fechado, a estimativa da autoridade monetária é de um aumento de 14% no crédito direcionado.

Inadimplência é maior desde 2013 e juros de pessoa física batem recorde

27/11/2015 – Fonte: G1

Os juros cobrados pelos bancos nos empréstimos para pessoas físicas, excluindo o crédito imobiliário e rural, registraram novo aumento em outubro deste ano e atingiram o maior patamar da série histórica do Banco Central, iniciada em março de 2011.

Ao mesmo tempo, a inadimplência atingiu o nível mais alto em dois anos, segundo números divulgados nesta sexta-feira (27).

Em outubro, os juros bancários subiram 2,5 pontos percentuais, para 64,8% ao ano, contra 62,3% ao ano em setembro. Foi o décimo mês consecutivo de elevação na taxa de juros média das pessoas físicas.

Em todo este ano, o aumento foi de 15,2 pontos percentuais, visto que a taxa estava em 49,6% ao ano no fim de 2014.

Inadimplência

Segundo o Banco Central, a taxa de inadimplência das pessoas físicas, nos empréstimos bancários com recursos livres (sem contar crédito rural e habitacional), que mede atrasos nos pagamentos acima de 90 dias, subiu de 5,7% em setembro para 5,8% em outubro deste ano, o maior patamar desde outubro de 2013 (5,9% ao ano).

Já a taxa de inadimplência das operações dos bancos com as empresas, ainda no segmento com recursos livres, subiu de 4,1% em agosto para 4,3% em outubro deste

ano – o maior patamar da série histórica, que começa em março de 2011 para este indicador.

Considerando a taxa total de inadimplência, que engloba operações com as pessoas físicas e empresas, ainda nas operações com recursos livres, a taxa subiu de 4,9% em setembro para 5% em outubro deste ano – o maior patamar desde maio de 2013 (5,1% ao ano).

Fernando Rocha, chefe-adjunto do Departamento Econômico do Banco Central, avaliou que a taxa de inadimplência ainda está em "níveis moderados", mas acrescentou que, com a economia em recessão, a tendência é de alta nos próximos meses.

Juro bancário subiu mais que taxa básica

O aumento dos juros bancários acompanha a alta da taxa básica da economia (Selic), fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para tentar conter a alta da inflação. A taxa subiu entre outubro do ano passado e outubro deste ano – avançando de 11% para 14,25% ao ano, uma alta de 3,25 pontos percentuais.

Os números mostram que os bancos elevaram suas taxas de juros ao consumidor de maneira mais intensa. Em setembro do ano passado, antes que o BC voltasse a elevar a Selic, os juros bancários para pessoas físicas estavam em 49,2% ao ano, avançando para 64,8% ao ano em junho – um aumento de 15,6 pontos percentuais, ou seja, quase cinco vezes a alta da taxa Selic.

Segundo um levantamento feito pela consultoria Economatica para a BBC Brasil, apesar da desaceleração econômica, a rentabilidade sobre patrimônio dos grandes bancos de capital aberto no Brasil foi de 18,23% em 2014 – mais que o dobro da rentabilidade dos bancos americanos (7,68%).

Taxa de todas operações e de empresas

Já a taxa de juros média de crédito de todas operações (pessoas físicas e empresas), ainda somente com recursos livres, ou seja, sem contar crédito habitacional, rural e do BNDES, subiu de 46,2% ao ano em setembro para 47,9% ao ano em outubro deste ano – também o maior patamar da série histórica, que tem início em março de 2011.

A taxa das operações de pessoas jurídicas, com recursos livres, avançou 0,9 ponto percentual em outubro, para 30,2% ao ano. Com isso, também atingiu o patamar mais elevado da série histórica, que começa em março de 2011.

'Spread' bancário

Com o aumento das taxas de juros bancárias de pessoa física em outubro, houve aumento do chamado "spread bancário" – que é a diferença entre o que os bancos pagam pelos recursos e quanto cobram de seus clientes – no mês passado.

Em setembro, "spread" nas operações com pessoas físicas somava 47,2 pontos percentuais, avançando para 49,4 pontos em outubro.

Deste modo, o spread continua em um patamar historicamente elevado. Na parcial deste ano, houve um forte aumento de 12,1 pontos percentuais.

O "spread" é composto pelo lucro dos bancos, pela taxa de inadimplência, por custos administrativos, pelos depósitos compulsórios (que são mantidos no Banco Central) e pelos tributos cobrados pelo governo federal, entre outros.

Colapso de preços do minério põe em dúvida estratégia de mineradoras

27/11/2015 – Fonte: G1



O colapso nos preços do minério de ferro para o nível mais baixo em quase dez anos está colocando sob os holofotes as maiores mineradoras do mundo e levando muitos a questionar a estratégia delas de produzir em quantias recorde.

Embora os preços estejam baixos já há algum tempo, os temores de um excesso de minério de ferro em todo o mundo se aprofundaram nos últimos dias, na esteira de indicações de que a produção de aço na China, o maior consumidor mundial da matéria-prima, está desacelerando.

A queda de preços ocorre em um momento ruim para os grandes produtores, como a ValeS.A. e a anglo-australiana BHP Billiton, que estão calculando os custos ligados ao rompimento, no início deste mês, de barragens da mineradora Samarco — uma joint-venture das duas empresas — na cidade de Mariana, MG. A Vale, a BHP Billiton e a também anglo-australiana Rio Tinto são as maiores produtoras de minério de ferro do mundo.

Na terça-feira, o preço da tonelada de minério de ferro caiu para US\$ 43,40, um recuo de 12% só neste mês e bem abaixo do pico de mais de US\$ 191 atingido em 2011, segundo a provedora de dados The Steel Index. O preço se manteve inalterado ontem.

A BHP e a Rio Tinto têm atraído críticas de alguns investidores, rivais e legisladores, que as acusam de derrubar os preços ao produzir mais que a demanda do mercado. Em maio, o governo da Austrália considerou abrir um inquérito parlamentar sobre o assunto, mas a proposta acabou sendo descartada.

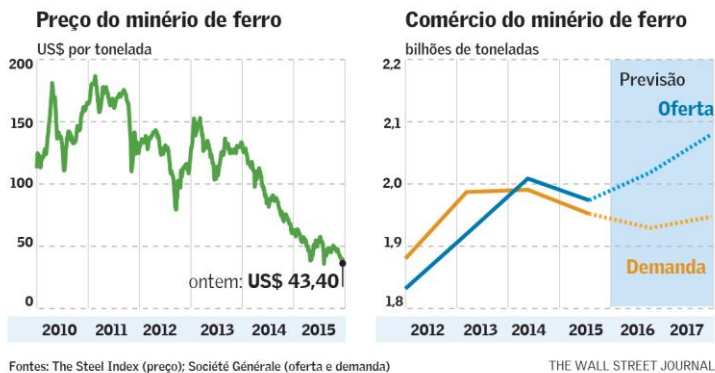
As duas mineradoras australianas têm afirmado que o minério é comercializado livremente no mercado global e que suas expansões foram planejadas há anos e protegem os interesses dos acionistas.

A estratégia das duas empresas é produzir o máximo de minério possível pelo menor custo, em vez de extrair menos, na esperança de dar impulso aos preços. Graças às economias de escala, elas ainda obtêm uma margem de lucro saudável com cada tonelada, mesmo com a queda de preços.

Ainda assim, os lucros das duas empresas, que dependem fortemente da venda de minério, despencaram. O lucro líquido da BHP caiu 86% este ano até junho.

Excesso de oferta

O excesso de oferta está derrubando os preços do principal ingrediente do aço



A saúde financeira da empresa vem sendo monitorada pelo mercado. O presidente do conselho da BHP, Jac Nasser, disse recentemente que este está sendo "um dos anos mais difíceis" nos 130 anos de história da empresa. Diante da queda nos preços das commodities, os acionistas temem que a mineradora n  seja capaz de cumprir sua promessa de longa data de manter ou elevar os dividendos a cada ano.

A julgar "pelos preços do mercado   vista, cortes na política progressiva de dividendos da BHP parecem inevitáveis", afirmou o banco australiano Macquarie ontem.

A cota o das a es da BHP na Austrália desabou para o nível mais baixo em quase dez anos nas últimas semanas, após o desastre nas barragens da Samarco em 5 de novembro. Pelo menos 12 pessoas morreram e 11 continuam desaparecidas.

Alguns analistas estimam que os custos da limpeza cheguem a US\$ 1 bilhão, embora tanto a BHP quanto a Vale tenham afirmado que a responsabilidade pelas opera es da mina recai sobre a Samarco, que é operada de forma independente. A aço da Vale na Bovespa também está no nível mais baixo dos últimos 11 anos. Ela fechou ontem a R\$ 11,71, com queda de 2,66%.

Apesar dos cortes de produ o feitos por algumas mineradoras que têm custos mais altos, o mercado de minério de ferro provavelmente ainda terá um excesso de oferta de 150 milhões de toneladas em 2018, prevê Andreas Bokkenheuser, analista de minera o do banco su o UBS.

A produ o da BHP subiu 14%, para um recorde de 233 milhões de toneladas, este ano até junho. A Rio Tinto também está produzindo mais. E a Vale está desenvolvendo um projeto no Pará orçado em US\$ 14,4 bilhões, que ela afirma ser "o maior projeto da nossa história e da minera o internacional".

Certamente, depois do declínio acentuado, os preços poderão em breve chegar a um piso temporário. "Uma estabiliza o nos preços do aço na China nos próximos dias poderia ser um sinal de que os preços do minério de ferro estão próximos de um piso", escreveram analistas do banco Australia & New Zealand Banking Group em uma nota a clientes.

Mas um aumento na oferta poderia empurrar os preços abaixo de US\$ 40 a tonelada no início do próximo ano, prevê o Citigroup, pressionando ainda mais os lucros das mineradoras   medida que a China produz menos aço. A produ o do país caiu 3,1% em outubro em rela o a um ano antes, segundo a Associa o Mundial de Aço.

A australiana Fortescue Metals Group Ltd., quarta maior exportadora de minério de ferro do mundo, tem corrido para fortalecer suas finanças. Ontem, ela informou que fechou acordo para recomprar US\$ 750 milhões em d vidas, uma medida com a qual espera economizar US\$ 56 milhões em pagamentos de juros ao ano.

Ao mesmo tempo, empresas menores do setor com custos de produção mais elevados estão sentindo a pressão.

Na terça-feira, o presidente do conselho da BC Iron Ltd., Anthony Kiernan, disse que a pequena mineradora australiana estava se preparando para sair do setor de minério de ferro. Segundo ele, não faz nenhum sentido elaborar uma estratégia atual e futura na esperança de que os preços do minério de ferro se recuperem.